

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

201 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 25/3 a 5/4/2024

1. NATO - MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	1
2. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE	2
AFCO - regras para Deputados sobre assédio e conduta	2
3. PARLAMENTO EUROPEU - INTERFERÊNCIA ESTRANGEIRA - RUSSIAGATE	2
4. DISCURSO POLÍTICO NAS REDES SOCIAIS - ESTUDO SOBRE OS DEPUTADOS AO PE	3
5. PARLAMENTO DINAMARQUÊS - PRIORIDADES DE ESCRUTÍNIO	4
6. PRESIDÊNCIA BELGA DO CONSELHO DA UE - PILAR SOCIAL	5
7. COMISSÃO EUROPEIA - VISÃO RURAL A LONGO PRAZO	5
8. COMISSÃO EUROPEIA - 9.º RELATÓRIO SOBRE A COESÃO	6
9. COMISSÃO EUROPEIA - ENSINO SUPERIOR - DIPLOMA EUROPEU	7
10. COMISSÃO EUROPEIA - INVESTIGAÇÕES SOBRE AS PLATAFORMAS DIGITAIS	7
11. CONSELHO DA EUROPA - COMISSÁRIO PARA OS DIREITOS HUMANOS	8
12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	9
Conselho informal de Ministros das Pescas	9
Conselho (Ambiente)	9
Conselho (Agricultura e Pescas)	9
Reunião informal dos ministros dos Transportes, 3-4 abril 2024	9
13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da União Europeia	10

1. NATO - MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Realizou-se, a 3 e 4 de abril, uma **reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO** em Bruxelas (detalhe [aqui](#)). À entrada da reunião, o Secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, recordou que a Aliança foi fundada "numa única e solene promessa: um ataque a um Aliado é um ataque a todos". Neste âmbito, apelou aos Aliados para que garantam a assistência à Ucrânia a longo prazo e indicou que os ministros iriam debater a forma como a NATO poderá assumir uma maior responsabilidade na coordenação do equipamento e formação militar, bem como garantir um compromisso financeiro plurianual para a Ucrânia.

Esta semana, surgiram relatos (*Financial Times*, [aqui](#), e *Politico*, [aqui](#)) de que os ministros iriam discutir a possibilidade de a NATO assumir aquela coordenação do fornecimento de armas à Ucrânia, atualmente gerida pelos EUA ao abrigo do chamado formato "Rammstein" (Ukraine Defense Contact Group), e que o Secretário-geral da NATO iria propor um fundo de 100 mil milhões de dólares para a Ucrânia, durante cinco anos, o que permitiria, segundo responsáveis da NATO citados pelo FT, "organizar o apoio da NATO à Ucrânia, para o tornar mais poderoso, previsível e duradouro", e como um meio de "proteger o mecanismo contra os ventos da mudança política", no que pode ser entendido como uma antecipação às eleições americanas de novembro de 2024. A decisão final sobre um fundo desta natureza para a Ucrânia deverá ser tomada na cimeira dos líderes da NATO, em Washington. O *Politico* dá nota das reações iniciais a esta ideia, [aqui](#).

Nas declarações após a reunião, Jens Stoltenberg assinalou que "Os ucranianos não estão a ficar sem coragem, estão a ficar sem munições", acrescentando que "na nossa reunião de hoje, debatemos a forma de colocar o nosso apoio numa base mais firme e duradoura para o futuro. Todos os aliados concordam com a necessidade de apoiar a Ucrânia neste momento crítico. Existe uma unidade de objetivos. Hoje, os Aliados concordaram em avançar com o planeamento de um papel mais importante da OTAN na coordenação da ajuda e da formação em matéria de segurança. Os pormenores tomarão forma nas próximas semanas, mas não se enganem: A Ucrânia pode contar com o apoio da NATO agora e durante muito tempo".



Nesta ocasião, foi ainda assinalado o 75.º aniversário da Aliança Atlântica (detalhe [aqui](#)). A conferência de imprensa final pelo Secretário-geral da NATO está disponível [aqui](#).

No que diz respeito à **designação do próximo Secretário-geral da NATO**, a primeira-ministra da Estónia, Kaja Kallas (cujo nome também foi aventado como candidata ao lugar), anunciou que apoiaria o atual Primeiro-Ministro dos Países Baixos, Mark Rutte, para o cargo. Dos 32 países membros da NATO, há quatro que não expressaram o seu apoio por Rutte: a Hungria, a Eslováquia, a Turquia e a Roménia, sendo que esta última tem o seu próprio candidato - o Presidente da República Klaus Iohannis. Recorde-se que esta decisão requer unanimidade e que esta nomeação deve também ser vista no quadro mais global dos *top jobs* a nível europeu (Presidente da Comissão, do Conselho Europeu, do Parlamento Europeu, Alto Representante) e dos equilíbrios geográficos e de famílias políticas (Mark Rutte é dos liberais europeus - ALDE/Renew Europe).

Por outro lado, e num momento em que se reporta um agravamento da situação militar no terreno (notícia [aqui](#)), recorde-se que o Presidente ucraniano havia notado, no final de fevereiro, que apenas 30% das munições com que a União Europeia (UE) se comprometera em 2023 haviam sido fornecidas à Ucrânia (notícia [aqui](#)). Na véspera desta reunião da NATO, e de visita oficial a Paris, o Secretário de Estado norte-americano Antony

Blinken, considerou que a UE deve reforçar a sua base industrial de defesa e olhar para além das necessidades militares imediatas da Ucrânia para uma produção mais sustentável e a longo prazo, (detalhe [aqui](#)). *"É um investimento em nós próprios"*, disse Blinken, acrescentando que "os desafios que estamos a ver na Ucrânia não vão desaparecer amanhã e temos de garantir que as nossas defesas são tão fortes quanto possível".

Importa, ainda, dar nota de um artigo de opinião para o *Político*, os ministros dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, França e Polónia (Annalena Baerbock, Stéphane Séjourné e Radosław Sikorski), disponível [aqui](#), notam que os *"valores dos aliados da NATO estão a ser testados como nunca antes"* e que *"devemos estar à altura do facto de que este momento pode definir o futuro em que os nossos filhos viverão"*.

2. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PE¹

AFCO - regras para Deputados sobre assédio e conduta

A Comissão dos Assuntos Constitucionais aprovou alterações às regras internas para **combater os conflitos no local de trabalho e promover a boa gestão dos gabinetes dos Deputados**. O relatório (detalhe [aqui](#)) foi aprovado com 15 votos a favor, 9 contra e nenhuma abstenção, e tem como objetivo reforçar as regras do Parlamento Europeu (PE) em matéria de prevenção de conflitos e assédio no local de trabalho e de promoção de uma boa gestão do gabinete, introduzindo uma **formação especializada obrigatória para os deputados**. Os Deputados que não completarem esta formação nos primeiros seis meses do seu mandato (exceto em casos excecionais ou se o tiverem feito anteriormente) serão penalizados e não poderão ser eleitos como titulares de cargos parlamentares (por exemplo, para a Mesa do PE ou como presidente de comissão), ser nomeados relatores ou participar numa delegação oficial ou em negociações interinstitucionais.

A formação sobre *"Como criar uma equipa eficiente e funcional"* consistirá em cinco módulos diferentes que abrangem o recrutamento de assistentes, a gestão bem-sucedida da equipa, incluindo a prevenção e a resolução precoce de conflitos, os aspectos administrativos e financeiros da assistência parlamentar, bem como a prevenção do assédio.

O relatório deverá ser apresentado na sessão plenária de 10 e 11 de abril, em Bruxelas.

3. PARLAMENTO EUROPEU - INTERFERÊNCIA ESTRANGEIRA - RUSSLAGATE

Como demos nota na Síntese n.º [193](#) (cfr. ponto 4), o PE lançou uma **investigação interna** relativa às alegações de que a **Deputada Tatjana Ždanoka** (Letónia, Verdes/ALE) trabalha como **espia russa há vários anos**, ao serviço do Serviço Federal de Segurança russo (FSB), o sucessor do KGB. Estas acusações foram feitas num artigo publicado na segunda-feira pelo *Insider*, um jornal de investigação russo, que está disponível [aqui](#), baseado numa investigação conduzida em colaboração com a agência noticiosa estónia Delfi, o centro de jornalismo de investigação letão *Re:Baltica* e o jornal diário sueco *Expressen*. O caso foi remetido para uma investigação interna do PE, para que possa ser aferido em que medida o código de conduta da instituição europeia foi violado, nomeadamente no que diz respeito à transparência de eventuais reuniões entre Deputados e representantes de países terceiros. No final da semana passada, os grupos PPE, S&D e Renew Europe pediram oficialmente à Presidente do PE, Roberta Metsola, que agendasse um **debate de urgência** numa próxima sessão plenária, provavelmente durante a mini-sessão plenária de 10 e 11 de abril, em Bruxelas.

Recorde-se que, a 28 de março, o Primeiro-Ministro belga, Alexander De Croo, afirmou perante o respetivo Parlamento nacional que a **Rússia tinha abordado e pago a Deputados europeus** para servirem os seus

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE

interesses e difundirem propaganda russa (notícia da RTL [aqui](#)), acrescentando que o seu país tinha expulsado "dezenas de 'supostos' diplomatas russos" nos últimos meses.

A 27 de março, o Governo checo decidiu encerrar o *site* da "Voice of Europe" (notícia [aqui](#)), após uma investigação judicial ter concluído que servia como veículo para pagamentos a titulares de cargos políticos para disseminar propaganda pró-Rússia. O Primeiro-Ministro belga também aludiu a esta matéria, enfatizando a colaboração entre os serviços de informações de vários países nesta investigação (notícia [aqui](#)). Além disso, têm surgido notícias do envolvimento de um alto dirigente do partido alemão AfD neste processo ([aqui](#)).

Numa carta enviada à Presidente do PE na sexta-feira, 29 de março, a presidente do grupo Renew Europe, a francesa Valérie Hayer, manifestou a sua *"profunda preocupação com as informações, confirmadas pelos serviços de segurança polacos, checos e belgas e pelos primeiros-ministros da Bélgica e da República Checa, de que deputados desta Assembleia e candidatos às próximas eleições europeias foram pagos pelo governo russo ou pelos seus agentes para difundir propaganda no Parlamento Europeu e fora dele"*. A carta está disponível [aqui](#) e denuncia *"um claro ataque ao nosso modo de vida europeu"*, apelando a um debate em plenário seguido da adoção de uma resolução específica, a *"uma investigação imediata e transparente, em cooperação com as autoridades nacionais, para descobrir a extensão da operação de influência (...) e as alegações de potencial corrupção"*.

4. DISCURSO POLÍTICO NAS REDES SOCIAIS - ESTUDO SOBRE OS DEPUTADOS AO PE

No seguimento da divulgação que temos feito de vários trabalhos e análises sobre a campanha para as eleições europeias, damos nota esta semana de um estudo feito pela Common Consultancy² (detalhe [aqui](#)) onde se examina como os membros do Parlamento Europeu envolvem os eleitores e moldam o discurso político nas redes sociais. Analisando mais de 790.000 publicações no Facebook entre 2019-2023, concluem que *"os Deputados nacionalistas e filiados em grupos políticos de extrema-direita estão a dominar a conversa digital e a reunir apoiantes de forma mais eficaz."* acrescentando que *"o apoio digital europeu à Ucrânia está a diminuir rapidamente em comparação com 2022, e que um novo movimento forte contra a transição verde está a aumentar."*

Este relatório, que pode ser lido [aqui](#), analisa de perto as diferentes estratégias dos Deputados, assinalando que o cenário do envolvimento digital dos Deputados europeus está em constante mudança, o que evidencia a necessidade de estratégias ágeis e inovadoras. Acrescenta que, na arena das redes sociais, a influência política nunca foi tão crítica e que o impacto digital dos Deputados ao PE irá moldar não só as próximas eleições, mas também a direção da política europeia nos próximos anos. No sumário executivo, pode ler-se:

What we found and why it matters

Executive summary

- 1. The nationalistic and far right dominate the digital conversation among MEPs.** efficiently engaging voters with their agendas. Meanwhile, the center-right and center-left struggle to connect with voters through engaging communication.
- 2. European digital support for Ukraine is rapidly declining** and almost gone. The war in Ukraine does not have the same mobilizing and engaging effect on social media as it did in 2022. In 2023, it was primarily conspiratorial and anti-Ukraine agitators who benefited from the situation.
- 3. In Europe, a significant movement opposing the green transition has emerged.** In 2023, MEPs representing this anti-green movement garnered far more attention for their agendas than those supportive of Europe's green transition.

What happens in the digital space is reflected in the political sphere and in 2023, more than 63% of European social media user are on Facebook weekly, making it the dominant social media platform. Social media have become important sources of news about the EU – and they are growing.

While success on social media does not immediately convert to electoral outcomes, it is a strong platform for election campaigns and for continuously mobilizing in favor of or against current policy proposals. What is even more important is that the political conversation of today and tomorrow is shaped and framed on social media. Research even shows a relationship between a strong social media presence (of various kinds) and electoral success**.

In this report, we point to recent tendencies on Facebook which most likely will affect the 2024 European Parliament elections significantly and, presumably, will also have a more far-reaching impact on European politics.

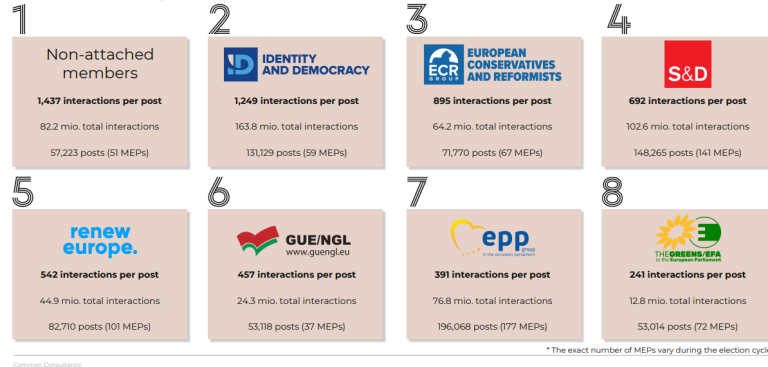
** Flash Eurobarometer: Media & News Survey 2023
** See for example: Facebook likes and public opinion: Predicting the 2013 French parliamentary elections, by Hachem, L. and Sauter (2012), Post-2014, New Zealand: Assessing the link between Facebook engagement and electoral success during the European General Election Campaign of 2014, by Marston-Benn (2016), Mistrustful Campaigns on Facebook: What influenced the scope of engagement and does it with voters?, by Lee-Oh and Ahl-Schroter (2021), and Chapter 22 in Party Leaders: Battle for the Center: The Parliamentary Election 2022, Hansen et al. (2023).

Common Consultancy

² Organização escandinava que se define como consultora para governos, ONG e empresas privadas sobre a forma de combater os desafios colocados pelos fluxos de informação globais e pelos meios de comunicação social.

Sobre o envolvimento dos grupos políticos nas redes sociais, apresenta-se a seguinte análise, identificando os seis Deputados mais ativos e os principais temas tratados:

The nationalistic and far-right groups are outperforming the other groups in the European Parliament



Five MEP-agendas dominate interactions among Europeans

To understand which topics are gaining the most attention going into an election, we have reviewed the 10 best performing posts from 2023 by MEPs in each EU member state. The best performance, in this case, refers to the post with the most interactions.

- Environment and climate**
Discussions often center around current European Union legislation. However, a considerable majority expressed significant criticism towards the green transition in Europe.
- Pro-Russia and anti-Ukraine**
A majority of the EU-wide top-performing posts were critical of the current support for Ukraine, with many even venturing into conspiratorial narratives.
- Integration and immigration**
Notably, these posts were highly critical of the immigration and integration of individuals from outside the EU.
- Israel-Palestine conflict**
We observed that only Western Europeans have shown significant engagement with this issue.
- Nationalism and national self-determination**
Particularly, right-wing politicians have highlighted national pride and advocated for greater independence from the EU.

The 6 MEPs generating most interaction

Silvia Sardone	Patrik Jaki	Gilbert Collard	Robert Biedroń	Jordan Bardella	Dino Giarrusso
ID IT	ECR PL	Non-attached FR	S&D PL	ID FR	Non-attached IT
55,402,928 interactions	19,072,439 interactions	17,761,365 interactions	17,609,916 interactions	13,181,323 interactions	12,903,712 interactions

5. PARLAMENTO DINAMARQUÊS - PRIORIDADES DE ESCRUTÍNIO

Com base no programa de trabalho anual da Comissão Europeia, alguns Parlamentos nacionais desenvolveram a prática de **identificar as suas prioridades de escrutínio para esse período**, o que fornece uma indicação política relevante dos temas mais salientes nesses Estados-Membros. Neste contexto, damos nota de que a **Comissão dos Assuntos Europeus do Parlamento dinamarquês** chegou a acordo sobre a seguinte lista de prioridades da UE para 2024:

- Objectivos climáticos para 2040 (não legislativo, 1.º trimestre de 2024)*
- Estratégia para a indústria de defesa da UE (legislativa e não legislativa, 1.º trimestre de 2024)*
- Luta contra a introdução clandestina de migrantes: Atualização do quadro jurídico e reforço da cooperação na luta contra a introdução clandestina de migrantes (legislativo e não legislativo, 4.º trimestre de 2023)*
- Proteção dos animais durante o transporte (revisão da legislação da UE, 4.º trimestre de 2023)*

Estas propostas serão escrutinadas de acordo com os novos procedimentos da UE introduzidos no Parlamento dinamarquês a partir de outubro de 2023, de que demos nota na Síntese n.º [186](#), ponto 10.

Os novos procedimentos serão avaliados, o mais tardar, no final do ano legislativo de 2025-2026.

Importa, ainda, dar nota de que **as prioridades identificadas pelos diversos Parlamentos sobre o Programa de Trabalho da Comissão** podem ser consultadas [aqui](#), genericamente, e [aqui](#), com o detalhe das propostas que reuniram maior interesse.

6. PRESIDÊNCIA BELGA DO CONSELHO DA UE - PILAR SOCIAL

O **Pilar Europeu dos Direitos Sociais** é uma das prioridades da atual Presidência belga do Conselho da UE e, como demos nota na Síntese n.º [190](#), o Conselho informal EPSCO nos dias 10 a 12 de janeiro, em Namur (detalhe [aqui](#)) debateu **a futura agenda estratégica da União no domínio social**, com especial atenção para as carências do mercado de trabalho e o *Pilar Europeu dos Direitos Sociais como bússola*. A Presidência belga tem como objetivo específico ajudar a moldar a declaração interinstitucional sobre o papel das políticas sociais e de emprego na agenda estratégica para a UE que os Chefes de Estado e de Governo no Conselho Europeu irão discutir. Prevê-se que esta declaração seja adotada no contexto de uma Conferência sobre a Europa social que a Presidência belga organizará em La Hulpe em 15 e 16 de abril de 2024.

Na quinta-feira, 28 de março, a Presidência belga apresentou uma **nova versão da chamada "Declaração de La Hulpe"**, disponível [aqui](#)³, onde se atenuou a linguagem em algumas áreas, que algumas delegações consideraram demasiado prescritiva. Foi também reduzido o número de parágrafos (de 44 para 41), incidindo sobre os serviços de interesse geral e ao apelo a um futuro plano da UE em matéria de proteção social no contexto das transições ecológica e digital. Além disso, em resposta às preocupações manifestadas por vários países, a Presidência suavizou a linguagem sobre o objetivo da UE de alcançar uma cobertura de negociação colectiva de 80% dos trabalhadores.

A redação foi ainda mais atenuada no que diz respeito à ação da UE em matéria de habitação, com o último texto a referir a competência dos Estados-Membros nesta matéria e a suprimir o anterior apelo a um plano de ação da UE contra a habitação precária. A nova redação apela, *"tendo em conta as competências nacionais dos Estados-Membros"*, a uma ação em matéria de habitação social acessível, ecológica e a preços comportáveis para satisfazer as necessidades de habitação de todos, a fim de erradicar o fenómeno dos sem-abrigo até 2030, ao passo que a versão anterior afirmava: *"Apelamos ao desenvolvimento de um plano de ação da UE em matéria de habitação social a preços comportáveis"*.

Outra alteração diz respeito a futuras iniciativas da UE sobre a gestão algorítmica do trabalho ou o direito a desligar (na pendência de uma proposta da Comissão). O texto anterior apelava a que a legislação europeia fosse alinhada e alterada em função da evolução no local de trabalho. A nova versão sublinha que *"são necessárias medidas para garantir boas condições de trabalho em sectores-chave do novo mundo digital, como o teletrabalho, a desconexão e o trabalho em plataformas, integrando o princípio do ser humano no controlo"* na gestão do trabalho por algoritmos.

Ainda sobre a Presidência belga, foi disponibilizado um balanço intercalar dos principais resultados alcançados até agora, disponível [aqui](#).

7. COMISSÃO EUROPEIA - VISÃO RURAL A LONGO PRAZO

A Comissão Europeia publicou um [relatório](#) que descreve os [progressos realizados](#) no âmbito da «[visão a longo prazo para as zonas rurais da UE](#)», destacando os resultados positivos alcançados desde 2021 e apresentando ideias para os trabalhos futuros. São apresentadas 30 ações numa série de domínios de intervenção — nove das quais já estão concluídas.

As principais realizações da visão a longo prazo até à data incluem:

³ Cortesia "Agence Europe".

- Lançamento de uma [plataforma de revitalização rural](#) para as zonas que enfrentam desafios demográficos e económicos;
- Início de 60 projetos de [investigação e inovação rural](#), com um orçamento de 253 milhões de euros que contribuem diretamente para as zonas rurais;
- Apoiar a execução do [LEADER](#) e orientar cerca de 150 comunidades para a criação de [aldeias inteligentes](#) através de atividades específicas de ligação em rede;
- Afetar um total de 23,5 mil milhões de EUR em subvenções e empréstimos a zonas mal servidas, bem como regras atualizadas em matéria de auxílios estatais para melhorar a [conectividade rural](#);
- Melhorar a mobilidade rural e o planeamento do turismo através de uma rede [europeia de mobilidade rural específica](#);
- Criação da [plataforma de aconselhamento da comunidade de energia rural](#), que apoiou 27 comunidades de energia rurais;
- Apoio a quatro projetos específicos para ajudar a desenvolver a [economia social](#) nas zonas rurais;
- Aumentar o número de conjuntos de dados disponíveis para as zonas rurais e o acesso a dados e análises rurais pertinentes através do [Observatório Rural da UE](#) e da nova publicação «[Europa rural](#)», melhorando as capacidades de verificação rural; e o
- Lançamento do [conjunto de ferramentas rurais](#) para facilitar o acesso ao financiamento da UE para as zonas rurais e otimizar a combinação com o financiamento da UE para as zonas rurais.

8. COMISSÃO EUROPEIA - 9.º RELATÓRIO SOBRE A COESÃO

A Comissão publicou o seu [9.º Relatório sobre a Coesão](#), no qual salienta ([aqui](#)) que a política de coesão está a cumprir a sua missão de reduzir as disparidades económicas, sociais e territoriais em toda a UE. Segundo a Comissão, a política de coesão é um importante motor do desenvolvimento sustentável e do crescimento económico e, a longo prazo, cada euro investido através desta política deverá ser multiplicado por três até 2043, o que equivale a uma taxa de rendibilidade anual de cerca de 4 %. Graças a esta política, estima-se que sejam criados 1,3 milhões de empregos adicionais na UE até 2027, sendo uma parte importante em setores relacionados com as transições ecológica e digital. Com um orçamento de 392 mil milhões de EUR, [os programas de financiamento da política de coesão para 2021-2027](#) continuarão a investir na competitividade da Europa, nas transições ecológica e digital, no capital humano e na inclusão social e na conectividade física e digital, reforçando simultaneamente a participação dos cidadãos.



"Cohesion Policy means a stronger and more resilient Union, new opportunities, new prosperity, and a better quality of life. The catching-up experience of Central-Eastern Europe in the last 20 years demonstrates this. However, we can always do better. It's important that we take stock and continue to address ongoing challenges such as existing internal disparities within Member States. While maintaining the fundamental principles of Cohesion Policy, like its place-based approach and the partnership principle, we can explore a more simplified programming framework, speeding up implementation, and enhancing the linkage with reforms. This will ensure that Cohesion Policy continues to promote harmonious territorial development and acts as the glue that holds Europe together."

Elisa Ferreira, Commissioner for Cohesion and Reforms

O relatório salienta que as **alterações climáticas agravam as desigualdades regionais**, afetando mais fortemente as regiões costeiras, mediterrânicas e do Sudeste da UE. Nestas regiões, os custos das alterações climáticas podem ascender a mais de 1 % do PIB por ano. A transição para uma economia com impacto neutro no clima tem de ser realizada de forma justa e equitativa, uma vez que as regiões não têm todas a mesma capacidade para aproveitar os benefícios que a transição proporciona.

Apesar dos progressos na convergência, o relatório salienta que subsistem alguns **desafios**: as disparidades infranacionais entre as grandes áreas metropolitanas e as outras regiões; as alterações demográficas vêm agravar

estes desafios, uma vez que muitas regiões confrontam-se com o declínio da população em idade ativa, o abandono da população mais jovem e a dificuldade em reter o talento.

Um primeiro debate sobre as conclusões do 9.º Relatório sobre a Coesão terá lugar durante o próximo [9.º Fórum sobre a Coesão](#), que decorrerá em 11 e 12 de abril de 2024, em Bruxelas. Está disponível uma [Ficha informativa do 9.º Relatório sobre a Coesão](#).

9. COMISSÃO EUROPEIA - ENSINO SUPERIOR - DIPLOMA EUROPEU

Em setembro de 2020, a Comunicação da Comissão intitulada [«Concretizar o Espaço Europeu da Educação até 2025»](#) identificou a necessidade de facilitar a elaboração de programas de diplomas conjuntos por parte de alianças de instituições de ensino superior. O Conselho aprovou a referida comunicação no ano seguinte.

A Comissão apresentou recentemente [três iniciativas](#) para promover a [cooperação transnacional entre instituições de ensino superior](#), tendo como objetivo último a criação de um diploma europeu, que beneficiaria os estudantes e a comunidade do ensino superior, estimulando a mobilidade para fins de aprendizagem na UE e reforçando as competências transversais dos estudantes.

O pacote inclui:

- **Um plano para um diploma europeu:** abre caminho a um novo tipo de programa conjunto, numa base voluntária a nível nacional, regional ou institucional e assente num conjunto comum de critérios acordados a nível europeu. Um diploma europeu deste tipo reduziria a burocracia e permitiria que as instituições de ensino superior de diferentes países cooperassem além-fronteiras, sem descontinuidades, e criassem programas conjuntos.
- **Maior simplicidade e melhoria da garantia da qualidade e do reconhecimento automático** dos diplomas universitários: a proposta de recomendação convida os Estados-Membros e as instituições de ensino superior a simplificarem e melhorarem os seus processos e práticas de garantia da qualidade.
- **Valorização equitativa dos diferentes papéis desempenhados pelo pessoal académico:** a proposta de recomendação sobre carreiras atrativas e sustentáveis no ensino superior tem por objetivo reconhecer e recompensar o esforço meritório envidado pelo pessoal envolvido no trabalho transfronteiriço nos domínios da educação e dos métodos de ensino inovadores. Formula recomendações para garantir que os sistemas nacionais de ensino superior encontrem soluções para a desigualdade de reconhecimento dos diferentes papéis que o seu pessoal desempenha para além da investigação, tais como o ensino e o investimento na integração da problemática do desenvolvimento sustentável.

Nos próximos meses, o pacote será objeto de debate com o Conselho da UE e as principais partes interessadas no ensino superior. A Comissão convida o Conselho, os Estados-Membros, as universidades, os estudantes e os parceiros económicos e sociais a trabalharem em conjunto para que o diploma europeu se concretize.

10. COMISSÃO EUROPEIA - INVESTIGAÇÕES SOBRE AS PLATAFORMAS DIGITAIS

Ao abrigo da **Lei sobre os Mercados Digitais (DMA)**, a Comissão [deu início a investigações](#) de incumprimento sobre as regras da **Alphabet** relativas à orientação no Google Play e à auto-preferência na Pesquisa Google, as regras da Apple relativas à orientação na App Store e ao ecrã de escolha do Safari e o "modelo de pagamento ou consentimento" da Meta.

Além disso, a Comissão lançou medidas de investigação relacionadas com a nova estrutura de taxas da **Apple** para as lojas de aplicações alternativas e com as práticas de classificação da Amazon no seu mercado. Por último,

a Comissão ordenou aos controladores de acesso que conservassem determinados documentos para controlar a aplicação efectiva e o cumprimento das suas obrigações.

A título de exemplo, a Comissão deu início a um processo contra a **Alphabet**, a fim de determinar se a apresentação dos resultados de pesquisa da Google pela Alphabet pode conduzir a uma **auto-preferência** em relação aos serviços de pesquisa vertical da Google (por exemplo, Google Shopping, Google Flights e Google Hotels) em relação a serviços rivais semelhantes.

Por outro lado, a Comissão deu início a um processo contra a Apple relativamente às suas medidas para cumprir as obrigações de (i) permitir que os utilizadores finais desinstalem facilmente quaisquer aplicações de software no iOS, (ii) alterar facilmente as predefinições no iOS e (iii) apresentar aos utilizadores ecrãs de escolha que lhes devem permitir seleccionar efectiva e facilmente um serviço alternativo predefinido, como um programa de navegação ou um motor de busca nos seus iPhones.

Por último, a Comissão deu início a um processo contra a **Meta** para averiguar se o modelo "pagar ou consentir", recentemente introduzido para os utilizadores na UE, está em conformidade com o n.º 2 do artigo 5.º da DMA, que exige que os controladores de acesso obtenham o consentimento dos utilizadores quando pretendem combinar ou utilizar de forma cruzada os seus dados pessoais em diferentes serviços da plataforma principal. A Comissão está preocupada com o facto de a escolha binária imposta pelo modelo "pagar ou consentir" do Meta poder não oferecer uma alternativa real no caso de os utilizadores não consentirem, não atingindo assim o objetivo de impedir a acumulação de dados pessoais pelos controladores de acesso.

A Comissão tenciona concluir o processo iniciado no prazo de 12 meses. Em caso de infração, a Comissão pode aplicar coimas até 10% do volume de negócios total da empresa a nível mundial. Essas coimas podem ir até 20% em caso de infração repetida.

11. CONSELHO DA EUROPA - COMISSÁRIO PARA OS DIREITOS HUMANOS

Michael O'Flaherty (Irlanda) foi eleito [Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa](#) pela Assembleia Parlamentar da organização (PACE) na sua sessão plenária em Estrasburgo. O seu mandato será de seis anos, não renovável, com início em 1 de abril de 2024. O'Flaherty obteve 104 dos votos expressos na segunda volta da eleição. Meglena Kuneva (Bulgária) obteve 70 votos e Manfred Nowak (Áustria) obteve 37 votos.

Foi Diretor da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia e, anteriormente, Professor de Direito dos Direitos Humanos e Diretor do Centro Irlandês para os Direitos Humanos na Universidade Nacional da Irlanda, Comissário-Chefe da Comissão dos Direitos Humanos da Irlanda do Norte e membro do Comité dos Direitos Humanos da ONU.

O Comissário para os Direitos Humanos é uma **instituição não judicial, independente e imparcial**, criada em 1999 pelo Conselho da Europa para promover a sensibilização e o respeito pelos direitos humanos nos 46 Estados membros do Conselho da Europa, identificar eventuais deficiências na legislação e na prática em matéria de direitos humanos e facilitar as actividades dos provedores de justiça nacionais e de outras estruturas de direitos humanos.

O Comissário efectua visitas regulares aos Estados-Membros para dialogar com os governos e a sociedade civil e elaborar relatórios sobre questões abrangidas pelo seu mandato. Assim que tomou posse, na segunda-feira, 1 de abril, o novo Comissário para os Direitos Humanos do Conselho da Europa, o irlandês Michael O'Flaherty, anunciou que iria fazer a sua primeira visita à Ucrânia, declarando que pretende "trazer uma perspetiva de direitos humanos aos maiores desafios que as nossas sociedades enfrentam".

12. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho informal de Ministros das Pescas

Teve lugar a [24 e 25 de março](#), em Bruges, sobre o tema "*O futuro das pescas e da aquicultura na UE*". Este debate reunirá os Ministros das Pescas da UE, delegados da Comissão Europeia e o Comissário Europeu para o Ambiente, Oceanos e Pescas, o Presidente da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, representantes do Secretariado do Conselho e partes interessadas, a fim de discutir o futuro das pescas.

Através de trocas de pontos de vista sobre temas como a proteção do sector das pescas da UE e o reforço da atratividade do sector das pescas da UE em toda a sua diversidade, o Ministro belga, na qualidade de presidente do Conselho das Pescas, pretende partilhar com todos os Estados-Membros algumas mensagens sobre os desafios e soluções que os Estados-Membros consideram adequados à sua própria situação, sem deixarem de se enquadrar no quadro da UE.

Conselho (Ambiente)

A [25 de março](#), os ministros do Ambiente da UE realizaram um debate de orientação sobre a proposta da Comissão de revisão da Diretiva-Quadro Resíduos, centrando-se nos setores têxtil e alimentar. O debate teve por objetivo geral fornecer mais orientações para os [trabalhos técnicos em curso](#) sobre as alterações propostas.

Os ministros realizaram também um debate de orientação sobre a [proposta da Comissão relativa à prevenção das perdas de péletes](#) de plástico para o ambiente. O regulamento proposto visa reduzir ainda mais a poluição por microplásticos, combatendo especificamente a libertação não intencional de microplásticos resultante do manuseamento de péletes de plástico.

Finalmente, os ministros do Ambiente da UE trocaram também pontos de vista sobre a [comunicação](#) que a Comissão apresentou recentemente sobre a [meta climática para 2040](#). A comunicação tem por objetivo lançar o debate político e contribuir para a preparação do quadro estratégico europeu para o clima no período pós-2030.

Conselho (Agricultura e Pescas)

Realizado a [26 de março](#), debateu a resposta da UE às atuais preocupações no setor agrícola, com base nas orientações do Conselho Europeu de 21-22 de março de 2024, nomeadamente sobre possíveis medidas a curto e médio prazo para reduzir os encargos administrativos e alcançar a simplificação para os agricultores, bem como sobre o reforço da posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar e sobre a garantia de uma concorrência leal.

O Conselho abordou a situação nos mercados agrícolas da UE, em especial no contexto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, após ter recebido informações do ministro ucraniano da Política Agrária e da Alimentação, Mykola Solskyi.

Reunião informal dos ministros dos Transportes, 3-4 abril 2024

A [reunião informal dos Ministros dos Transportes](#) realizou-se em 3 e 4 de abril de 2024, em Bruxelas e os debates centraram-se em [três temas principais](#): tornar os transportes mais ecológicos, a mobilidade ativa e a bicicleta e a conectividade ferroviária entre as cidades europeias.

Teve também lugar uma sessão interinstitucional sobre o tema "*Reforçar a resiliência e o financiamento da rede transeuropeia de transportes: o principal desafio de uma política europeia de mobilidade do futuro*".

13. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada aos trabalhos das Comissões parlamentares e haverá uma **sessão plenária nos dias 10 e 11, em Bruxelas**, cuja agenda provisória está disponível [aqui](#), destacando-se o discurso de Sua Majestade o Rei dos Belgas, o debate sobre o estado de Direito na Eslováquia e os votos sobre o Pacto de Migração e Asilo (cfr. Síntese n.º [190](#), ponto 6), e sobre a reforma do Parlamento Europeu (cfr. Síntese n.º [200](#), ponto 2).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar no dia [10 de abril](#), sendo de destacar o *Debate sobre o futuro do mercado único*, com Enrico Letta, e a *Comunicação sobre os diálogos para uma transição limpa - balanço*.

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se: 7 a 9 de abril, [Reunião informal dos ministros da Agricultura e Pescas](#); 11 de abril, [Eurogrupo](#); 11 e 12 de abril, [Reunião informal dos ministros das Telecomunicações](#); 12 de abril, [Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros](#).

Bruxelas | 5 de abril de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).